

Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios¹

(Behavior Analysis and Racial Prejudice: Potential Interpretations and Challenges)

Táhcita Medrado Mizael & Júlio César de Rose

Universidade Federal de São Carlos
(Brasil)

RESUMO

Tem sido apontado que, apesar do aparente poder da análise do comportamento como uma ferramenta que pode auxiliar na diminuição de diversos problemas sociais, os analistas do comportamento não têm se voltado com afinco para tais áreas. O presente trabalho buscou relacionar pesquisas experimentais com reflexões teóricas de modo a sistematizar a contribuição da análise do comportamento para a abordagem do preconceito racial. A concepção de atitudes como comportamento verbal, as contribuições do paradigma de equivalência de estímulos e da Teoria das Molduras Relacionais (RFT) para o estudo do preconceito racial foram analisados, assim como modelos experimentais para os estereótipos sociais e para a estigmatização e categorização social. As análises mostraram que, embora poucas pesquisas analisem experimentalmente o preconceito racial a partir dos paradigmas e modelos existentes na análise do comportamento, o aparato teórico desta disciplina tem contribuição relevante para a análise do fenômeno. Sugere-se a articulação com o amplo corpo de conhecimentos advindo de outras áreas, especialmente da psicologia social, que tem trabalhado com o tema desde longa data, para auxiliar na construção de experimentos, assim como de modelos explicativos para a formação, manutenção e, principalmente, redução do preconceito racial.

Palavras-chave: preconceito racial, racismo, paradigma de equivalência de estímulos, teoria das molduras relacionais, RFT, análise do comportamento.

1) Táhcita M. Mizael é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 15/10225-5). Júlio C. de Rose é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Os autores são afiliados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processo No. 573972/2008-7) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 2008/57705-8). Agradecemos à coordenadora do INCT-ECCE, Professora Deisy de Souza, pelo apoio a este trabalho.

ABSTRACT

It has been pointed out that, despite the apparent power of behavior analysis as a tool to address several social problems, behavior analysts have not pursued these areas as diligently as possible. The present work sought to contribute to a behavioral analysis of racial prejudice, by relating experimental work dealing with these phenomena with theoretical interpretations relevant to an understanding of prejudice. The conception of attitudes as verbal behavior, contributions of the stimulus equivalence paradigm and Relational Frame Theory (RFT) to the study of racial prejudice were analyzed, as well as experimental models for social stereotyping and social categorization and stigmatization. The analyses showed that, although few researches have analyzed racial prejudice experimentally using behavior-analytic paradigms and models available, the theoretical formulations of behavior analysis do provide elements to analyze such phenomena. We suggest the articulation with the wide body of knowledge from other areas. Social Psychology, in particular, has been addressing these questions for a long time and can contribute toward the design of experiments, as well as with explanatory models for the formation, maintenance, and specially reduction of racial prejudice.

Keywords: racial prejudice, racism, stimulus equivalence paradigm, Relational Frame Theory, RFT, behavior analysis.

A interface entre a análise do comportamento e as questões sociais constitui um tema abordado por diversos autores (e.g. Guerin, 1992/2009; 1994; Holland, 1978; Holpert, 2004; Mattaini & Thyer, 1996; Moore, 2003; Skinner, 1953/1970; 1978), os quais, geralmente, chamam a atenção para o poder da análise do comportamento na superação de problemas sociais, como a má distribuição de renda na população, a fome, o analfabetismo, o sexismo e o racismo, para citar alguns. Ao mesmo tempo, tem sido evidenciado que, apesar do aparente poder da análise do comportamento como uma ferramenta que pode auxiliar na diminuição de diversos problemas sociais, os analistas do comportamento não têm se voltado com afinco para tais áreas, em termos de transformar tal ferramenta em políticas públicas, ou outros tipos de aplicações (e.g. Holland, 1978), e como resultado, existem, de fato, poucas pesquisas que aplicam os princípios comportamentais com o intuito de minimizar as mazelas sociais (em comparação com as pesquisas básicas, por exemplo).

O preconceito constitui um desses temas socialmente relevantes. Definido como um conjunto de atitudes culturalmente condicionadas com relação a determinado grupo social ou indivíduo (Nelson, 2009; Schneider, 2004), o preconceito está estreitamente relacionado aos estereótipos, que são “um conjunto de crenças sobre os atributos pessoais de um grupo de indivíduos” (Ashmore & Del Boca, 1981). Os estereótipos são frequentemente utilizados para justificar atitudes, comportamentos e diferenças nos grupos sociais (Schneider, 2004). Por questões de especificidade, este artigo trabalhará com o tema do preconceito racial.

Conceituado como um conjunto de atitudes negativas com relação à indivíduos que possuem determinadas características físicas, cor ou etnia (Nogueira, 2006), o preconceito racial é, desde muito tempo, um grande problema no Brasil e em diversos países. Relatórios sobre a violência mostram, por exemplo, que para cada homicídio de indivíduo não-negro no Brasil, ocorrem 2,4 homicídios de indivíduos negros, em média. Isso resulta em 39 mil assassinatos de negros *versus* 16 mil assassinatos de não-negros por ano (Cerqueira & de Moura, 2013). Tais dados, junto com

os resultados de pesquisas (e.g. Greenwald, Poehlman, Uhlmann & Banaji, 2009; Schütz & Six, 1996; Talaska, Fiske & Chaiken, 2008) que têm demonstrado que o preconceito racial pode prever comportamentos discriminatórios justificam a importância de estudar esses fenômenos, com o intuito de melhor entendê-los e contribuir para a sua diminuição.

Levando em conta, portanto, que o preconceito racial constitui um tema socialmente relevante, que ele possui relação com a discriminação racial, que é considerada um grande problema no Brasil e no mundo, e que a análise do comportamento possui, ao menos teoricamente, as ferramentas para lidar com os problemas advindos da discriminação racial, este artigo tem como objetivo realizar um estudo interpretativo sobre o preconceito racial, baseado nos pressupostos e achados experimentais analítico-comportamentais sobre este fenômeno e temas a ele relacionados. Serão inicialmente apresentadas algumas interpretações do preconceito racial com base na análise do comportamento, partindo da concepção de atitudes como comportamento verbal, do preconceito racial como o estabelecimento de relações de equivalência ou outras (e.g., oposição, hierarquia, etc.), e as implicações da transferência e transformação de funções para o preconceito racial. Por fim, examinaremos se a análise do comportamento pode, de fato, contribuir com aplicações que busquem a diminuição das desigualdades raciais, a partir de pesquisas básicas ou translacionais que tenham como tema o preconceito racial ou temas afins.

INTERPRETAÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS SOBRE O FENÔMENO

Atitudes como comportamento verbal

Guerin (1994) ofereceu uma análise que, embora não seja específica sobre o preconceito racial, pode ser bastante útil, uma vez que partimos da definição do preconceito racial como uma atitude. Sua argumentação gira em torno do entendimento de atitudes e crenças como comportamento verbal controlado pelas contingências sociais em vigor. O autor atribui duas funções para as atitudes, além da tradicional visão de que as atitudes “informam eventos privados” (p. 156), ou seja, de que elas funcionam como tato. Essas duas funções são os operantes verbais intraverbal e mando. Começando pela função tradicionalmente atribuída, ou seja, a de tato, Guerin (1994) relata que essa função se desenvolve, provavelmente, a partir da generalização de tatos sobre o ambiente físico para tatos sobre o próprio comportamento.

Embora algumas atitudes possam ser analisadas facilmente como tatos, por estarem sob controle direto de estímulos (e.g. “gosto da minha casa”), outras pedem uma explicação diferente (como quando digo “gosto de todas as casas”, sem ter contato direto com todas as casas que existem no mundo). Se a enunciação de uma atitude estiver sob controle de outro comportamento verbal, ao invés do ambiente físico externo, como quando falamos sobre eventos que nunca, de fato, experienciamos, tal enunciação se caracterizará como um intraverbal. Inclusive, Guerin (1992/2009) sugeriu também que a comunidade verbal reforça intraverbais quando são apresentados topograficamente como tatos (e.g. dizer “alimentos transgênicos são perigosos”, quando alguém somente leu tal informação). De fato, afirmar isso ao invés de dizer, por exemplo, “li que alimentos transgênicos são perigosos” têm um potencial de influência maior.

As consequências de declarar uma atitude como um tato ou como um intraverbal são reforçadores generalizados, mas é possível que tal afirmação seja consequenciada de maneira específica. Nesse caso, Guerin (1994) diz que a função de mando pode ser tanto modelada pela comunidade verbal, quanto modelar o comportamento do ouvinte/audiência, como ocorre na frase “não gosto

de funcionários que olham as redes sociais enquanto trabalham”, dita por uma chefe aos seus empregados. Assim, transpondo a análise de Guerin (1994) para o preconceito racial, pode-se conceituar tal fenômeno como comportamento verbal, emitido nas formas de tato (e.g. dizer “não gosto de fulano de tal”, que é negro, por ter sido insultada por tal pessoa), intraverbais (e.g. dizer que não gosta de nenhuma pessoa negra, apesar de, obviamente, não ter tido experiência com todos os indivíduos negros) ou mandos (e.g. dizer “não gosto de defensores das minorias raciais”). Esses exemplos representam formas explícitas de preconceito racial, mas a análise dos operantes verbais pode revelar tais funções mesmo com declarações aparentemente não-preconceituosas (e.g., se declarar contra cotas para negros em universidades, não por acreditar na meritocracia, por exemplo, mas por não querer negros em um ambiente frequentado majoritariamente por indivíduos brancos).

Paradigma de equivalência de estímulos

O paradigma de equivalência de estímulos é uma maneira empírica de simular, no laboratório, a aquisição de comportamentos simbólicos (Sidman & Tailby, 1982; Sidman, 1994). Duas características importantes neste paradigma são a derivação de relações que não foram treinadas, a partir do treino de duas ou mais relações, o que denota o potencial generativo deste paradigma, e o caráter de substitutabilidade entre os estímulos, por isso considerados equivalentes. Deste modo, é possível aprender a relação “negro-inferior”, por exemplo, sem que o indivíduo seja exposto a essa relação de maneira direta, uma vez que a participação indireta em relações com, no mínimo, um estímulo comum (e.g. “negro-pobre”, e “pobre-inferior”) possibilita a derivação de uma relação direta envolvendo tais estímulos. Também é possível derivar relações a partir da bidirecionalidade (simetria) das relações indiretamente aprendidas (e.g. após aprender as relações “negro-ladrão” e “ladrão-mau”, derivar não somente “negro-mau”, como também “mau-negro”). É importante lembrar, contudo, que considerar os estímulos de uma rede relacional equivalentes não significa que eles sejam substituíveis em qualquer ocasião: apesar de tratarmos a palavra “bolo” e um bolo (objeto) como equivalentes, não comemos a palavra bolo, do mesmo modo que não tocamos a foto de um piano, e sim o objeto correspondente. Além disso, estudos têm mostrado, também, que alguns estímulos podem ser “mais equivalentes” que outros (e.g. Bortoloti & de Rose, 2011), ou seja, alguns estímulos podem ter uma relação mais “forte” com um estímulo X de uma mesma rede relacional que com os demais. De acordo com Kohlenberg, Hayes e Hayes (1991), esse paradigma “pode oferecer uma descrição e análise mais completa dos elementos verbais envolvidos nos estereótipos sociais” (p. 517). Acreditamos que tal concepção sobre as contribuições do paradigma de equivalência de estímulos também pode ser utilizada no estudo do preconceito racial.

Teoria das molduras relacionais (RFT, em inglês)

Para a RFT (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001), o preconceito é visto, de maneira resumida, como resultado da participação de certos indivíduos em categorias verbais. A habilidade de derivar relações entre eventos, a partir de dicas contextuais, permitiria aos indivíduos formar relações entre os mais diversos eventos (Hayes, Niccolls, Masuda & Rye, 2002). Assim, não é necessário ensinar diretamente ao indivíduo a relação “preto-ruim”, por exemplo, porque ela pode ser derivada a partir das mais variadas relações (e.g. ao aprender que a cor preta está relacionada

com o luto, o luto, por sua vez, relacionado com a morte, e que a morte é considerada, pelo menos na cultura ocidental, como algo ruim, um indivíduo pode derivar a relação de coordenação supracitada – note-se que o termo “coordenação”, usado na RFT, compreende as relações que são tradicionalmente denominadas de “equivalência”).

Uma diferença central entre a RFT e o paradigma de equivalência de estímulos é a possibilidade de se criar ou derivar redes além da de coordenação ou equivalência (ao aprender as relações supracitadas sobre a cor negra, e aprender depois que a cor branca é relacionada com o céu, anjos, limpeza, paz, etc., um indivíduo pode derivar que, como preto e branco são opostos – relação aprendida diretamente – então pessoas brancas são positivas e pessoas negras, negativas). Cada estímulo tem relações diferentes com vários outros estímulos: por exemplo, a cor negra pode ser *oposta* à cor branca, pode ser *coordenada* (equivalente ou similar) com atributos negativos, pode ser *diferente* da cor vermelha, *menos luminosa* que a cor verde, e assim por diante.

Outra diferença importante diz respeito à reversibilidade das relações, onde, diferente da propriedade de simetria, assume-se a existência de uma relação bidirecional *não necessariamente simétrica* entre os estímulos. Veja, por exemplo, as relações “alguns ladrões são negros” e “todos os ladrões são maus”. Ao derivar uma rede relacional envolvendo tais estímulos, tem-se uma relação entre negros e a maldade (e vice-versa), sem, no entanto, ter uma quantificação sobre tal relação (todos os negros são maus *versus* alguns negros são maus, assim como todas pessoas más são negras *versus* algumas pessoas más são negras).

Interessante notar que, de acordo com Hayes et al. (2002), seres humanos verbalmente competentes categorizam, avaliam e comparam estímulos de maneira arbitrária (*i.e.*, sem se pautar nas características físicas dos estímulos), ao passo que, por um processo de aprendizagem, utilizam critérios “não-arbitrários” (baseados em características físicas) para justificar tais relações. Imagine um indivíduo que derivou a seguinte relação: “brancos são melhores que negros”. Se, ao verbalizar tal asserção, alguém pedir uma explicação sobre o porquê da afirmativa, o indivíduo provavelmente irá buscar relações “não-arbitrárias”, ou seja, pautadas em características físicas, para explicar tal fato (e.g. por que eles têm cabelo liso, pele clara, etc.). Isso pode auxiliar a desumanização e objetificação dos seres humanos.

Transferência e transformação de funções

Quando, após a formação de duas ou mais classes de estímulos equivalentes, atribui-se, por meio de um novo treino, uma nova função para um dos estímulos (ou um conjunto de estímulos) de determinada classe, e os demais estímulos dessa mesma classe passam a apresentar essa nova função, diz-se que houve *transferência de função* dos estímulos diretamente relacionados, para os demais estímulos que compõem a mesma classe (e.g. de Rose, McIlvane, Dube, Galpin & Stoddard, 1988; Hayes, Kohlenberg & Hayes, 1991). Quando as classes formadas não são de equivalência, como relações de hierarquia, por exemplo (e.g. Dymond & Barnes, 1995), a aquisição de novas funções para todos os membros de uma classe após um treino com apenas um ou parte dos estímulos de determinada classe é chamada de *transformação de funções* (Hayes et al., 2001).

Ao aprender que a cor preta está relacionada com eventos negativos, como morte, tempestade, sujeira, etc., pode-se passar a evocar ou emitir comportamentos relacionados a tais atributos negativos diante de pessoas negras. Assim, o preconceito “envolve uma transformação derivada das funções de indivíduos baseada em contato direto ou verbal com as funções de alguns membros de grupos conceituados (Hayes et al., 2001, p. 202)”. Deste modo é possível, portanto, que

um indivíduo responda a estímulos com os quais ele nunca teve contato, com base em funções transferidas ou transformadas via relações derivadas (e.g. Grey e Barnes, 1996).

PODE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO LIDAR COM O PRECONCEITO RACIAL?

O objetivo desse estudo foi realizar uma análise comportamental do preconceito racial, relacionando as pesquisas experimentais já realizadas com textos teóricos publicados acerca de temas similares. Existem, na literatura da análise do comportamento, poucos trabalhos experimentais sobre o preconceito racial (de Carvalho e de Rose, 2014; Mizael, de Almeida, Silveira & de Rose, 2016) ou étnico (Dixon & Lemke, 2007). Essas pesquisas recrutaram participantes (crianças ou adultos) que demonstraram vieses raciais negativos para faces negras (ou de uma etnia específica, como pessoas do Oriente Médio). Isto foi feito com base em tarefas de emparelhamento com o modelo (MTS, em inglês) em que os participantes selecionados relacionavam fotografias de indivíduos negros ou do Oriente Médio com atributos negativos. Em seguida, os participantes foram ensinados a relacionar, de maneira indireta, tais fotografias com atributos positivos, a partir das mesmas tarefas de MTS (dessa vez, consequenciadas): foi ensinada a relação entre um estímulo considerado positivo e um estímulo abstrato, e entre este último e as fotografias. Depois foi verificado, geralmente por meio dos mesmos instrumentos que identificaram os vieses raciais ou étnicos, se houve transferência de função dos atributos positivos para as fotografias. A grande dificuldade nesses estudos é conseguir, a partir de um treino curto, modificar relações que foram reforçadas durante grande parte da vida de um indivíduo, mesmo no caso de uma criança, o que pode justificar porque boa parte dos participantes não formam as classes de equivalência pretendidas, ou seja, continuam a relacionar as faces de pessoas negras ou do Oriente Médio com atributos negativos.

Uma exceção é o estudo de Mizael et al. (2016), no qual todas as crianças que participaram formaram as classes de equivalência pretendidas pelos experimentadores. Nessa pesquisa, as 13 crianças selecionadas haviam avaliado faces de indivíduos negros mais negativamente em um instrumento em que elas deviam assinalar o nível de “prazer” eliciado por faces de indivíduos negros e brancos. Foi conduzido então um treino de MTS em que um símbolo positivo foi relacionado a um símbolo abstrato, e este foi depois emparelhado à fotos de pessoas negras. Todas as crianças formaram as classes de equivalência, ou seja, passaram a relacionar as faces negras com o símbolo positivo, e vice-versa. O instrumento utilizado no pré-teste foi reaplicado, demonstrando ausência de viés negativo no pós-teste. Além disso, um instrumento adicional, que mede a força de respostas relacionais breves (ou “atitudes implícitas”, na linguagem utilizada na psicologia social), foi aplicado ao final, corroborando os resultados já obtidos, ou seja, mostrando ausência de viés negativo para as faces negras. Tais resultados (de formação das classes de equivalência e transferência de funções para *todos* os participantes) são inéditos, em se tratando de uma pesquisa que utilizou estímulos com significado pré-experimental e socialmente sensíveis. Contudo, os autores recomendaram, em estudos futuros, o uso do instrumento de avaliação implícita antes e depois da formação das classes, para verificar se a diferença obtida no instrumento de autorrelato também seria verificada com a medida implícita. Eles recomendaram também a obtenção de medidas de manutenção e generalização do comportamento dos participantes, uma vez que a ausência de viés racial é um comportamento socialmente desejável, e que os estímulos utilizados na pesquisa (faces de pessoas negras) eram limitados.

Estes estudos previamente mencionados utilizaram variantes de um paradigma que Mizael et al. (2016) denominaram “*Conflicting Relations Paradigm*” (CRP). O CRP foi introduzido em um estudo já clássico de Watt, Keenan, Barnes e Cairns (1991). Este estudo, conduzido na Irlanda do Norte, baseou-se em uma característica peculiar irlandesa, que é a possibilidade de identificar, apenas com base no nome de um indivíduo, se ele é católico ou protestante. Watt et al. treinaram três grupos de indivíduos adultos (católicos da Irlanda do Norte, protestantes da Irlanda do Norte, e ingleses protestantes) a relacionar “nomes católicos” com sílabas sem sentido (AB) e estas sílabas sem sentido com símbolos protestantes (BC). Desta forma, o treino deveria conduzir à emergência de uma relação entre nomes católicos e símbolos protestantes, que conflitava com as relações culturalmente estabelecidas em uma sociedade polarizada em termos de religião. No estudo de Watt et al. os resultados dependeram da religião e origem dos participantes: todos os ingleses protestantes demonstraram as relações emergentes esperadas a partir do treino, ou seja, indicaram a inclusão de nomes católicos e símbolos protestantes nas mesmas classes de estímulos. Por outro lado, nenhum dos norte-irlandeses protestantes demonstrou a formação destas classes. Já entre os católicos norte-irlandeses, metade dos participantes demonstrou a formação das classes que conflitavam com as relações culturalmente estabelecidas.

O CRP tem sido bastante utilizado para examinar relações prevalentes em determinadas culturas ou grupos sociais. Por exemplo, Moxon, Keenan e Hine (1993) encontraram resultados semelhantes aos de Watt et al. (1991) com um treino destinado a estabelecer relações de equivalência entre nomes considerados femininos e profissões consideradas masculinas. Testes de equivalência mostraram que os participantes continuavam relacionando nomes “femininos” com profissões “femininas” após o treino.

Estudos como os de Watt et al. (1991), Moxon et al. (1993) e vários outros (e.g. Barnes, Lawlor, Smeets, & Roche, 1996; Haydu, Camargo, & Bayer, 2015; Leslie et al., 1993; Regra, 2003), utilizaram o CRP para investigar a força de relações culturalmente estabelecidas. Alguns dos estudos já mencionados, no entanto, também investigaram em que medida o CRP poderia ser utilizado para modificar relações culturalmente prevalentes que envolvem preconceito (de Carvalho & de Rose, 2015; Dixon & Lemke, 2007; Mizael et al., 2016).

Outro método, igualmente baseado em relações conflitantes, também tem sido utilizado para investigar relações prevalentes em determinados grupos sociais: o *Implicit Relational Assessment Procedure* (IRAP), desenvolvido por Barnes-Holmes e colaboradores (Barnes-Holmes et al., 2006). O CRP expõe os participantes a um único teste em que uma relação conflitante (por exemplo, nomes “femininos” com profissões “masculinas”) seria potencialmente derivada do treino a que os participantes foram submetidos.

O IRAP, por outro lado, compara diretamente a fluência e os acertos em relações “inconsistentes” com as relações que se presume serem as socialmente prevalentes, de modo que blocos de tentativas consideradas inconsistentes com a história de vida de um indivíduo (por exemplo, blocos que reforcem relacionar nomes “femininos” com profissões “masculinas”) são alternados com blocos de tentativas em que o treino é revertido, ou seja, cujas tentativas são “consistentes” com as relações presumidas (neste caso, relacionar nomes “femininos” com profissões “femininas” é reforçado). Os vieses são identificados por diferenças na latência do responder em blocos de tentativas consistentes e inconsistentes, assumindo-se que os participantes respondem mais lentamente quando as relações treinadas são inconsistentes com as que foram estabelecidas pelas contingências sociais a que foram expostos.

Vários estudos usaram o IRAP para identificar vieses raciais (e.g. Drake et al., 2010; Drake et al., 2015), em pesquisas nas quais são apresentados pares de estímulos considerados consisten-

tes (como uma foto de um indivíduo branco e um atributo positivo) ou inconsistentes (e.g. foto de uma pessoa branca e um atributo negativo) com a história de vida dos participantes, e estes têm que selecionar uma entre duas opções de resposta (como “sim” e “não”), de maneira rápida e acurada, de acordo com as regras estabelecidas pelo experimentador. Os resultados do IRAP podem apontar vieses pró ou anti- determinada raça, assim como a ausência de vieses raciais. Isso possibilita, por exemplo, verificar que é possível apresentar um viés pró-branco, sem necessariamente apresentar um viés anti-negro concomitante (Drake et al., 2015). Esta é apenas uma possibilidade de uso do IRAP. Tais resultados não podem ser generalizados, uma vez que diferentes resultados podem ser obtidos, dependendo, por exemplo, da idade dos participantes, da especificidade da amostra (e.g. universitários), dos critérios de latência e acurácia utilizados, entre outras variáveis.

Existe também na literatura a proposição de um modelo para os estereótipos sociais (Kohlenberg et al., 1991). Nessa pesquisa, seis participantes universitários receberam um treino que utilizava três estímulos contextuais compostos por relações verbais pré-experimentais (três nomes “femininos” e três “masculinos”) com o intuito de formar seis classes de equivalência com quatro estímulos em cada. Após verificar a formação das classes previstas pelos experimentadores, utilizando os estímulos contextuais previamente citados, os participantes foram submetidos à uma nova rodada de testes, utilizando, porém, novos estímulos contextuais (três novos nomes “femininos”, e três novos nomes “masculinos”). Os resultados mostraram que todos os seis participantes formaram as classes previstas, e tais classes se mantiveram intactas no teste que verificou se haveria transferência do controle contextual sobre as relações de equivalência previamente estabelecidas. Em um segundo experimento, foi possível verificar que esse controle contextual sobre as classes de equivalência poderia ser transferido também por meio de classes de equivalência criadas experimentalmente, compostas por estímulos abstratos.

Além de um modelo para os estereótipos sociais, foi delineado um modelo de estigmatização e categorização social (Weinstein, Wilson, Drake & Kellum, 2008). Nessa pesquisa, participantes foram ensinados a relacionar indiretamente linhas horizontais e verticais com palavras relacionadas aos biótipos corporais “gordo” e “magro”, respectivamente. Testes das relações derivadas comprovaram a formação das classes, ou seja, linhas horizontais foram consideradas “gordas”, e linhas verticais “magras”. Além disso, linhas semelhantes às utilizadas no treino, consideradas neutras durante o pré-teste, foram consideradas “magras” ou “gordas” no pós-teste, dependendo da similaridade física com as linhas utilizadas na fase de treino. Assim, os participantes responderam aos estímulos abstratos do mesmo modo que respondiam aos estímulos cujas “funções de estigma” magro e gordo foram estabelecidas, demonstrando como o estigma pode ser estabelecido sem o ensino direto de atributos depreciativos à um grupo de indivíduos, por exemplo.

Todos os estudos supracitados corroboram as explicações analítico-comportamentais advindas do paradigma de equivalência de estímulos e da RFT, sobre a possibilidade de que relações “étnico-raciais” e estereotípicas ou relativas à categorias sociais não treinadas e somente relacionadas indiretamente podem emergir, que a transferência e a transformação de funções descrevem eventos experimentalmente demonstráveis (e demonstrados) e, de maneira geral, como podem ser complexas as redes relacionais, por seu caráter dinâmico e relacional. A relação entre os operantes verbais tato, intraverbal e mando e o preconceito racial, por sua vez, pode ser estabelecida ao lembrar que, por serem operantes, estão sujeitos às contingências de reforçamento dispostas pela comunidade verbal, às quais, muitas vezes, reforçam comportamentos preconceituosos. Tais relações envolvem categorias verbais analisadas funcionalmente, as quais podem *ou não* fazer parte de relações de equivalência, hierarquia, oposição, etc.

As análises teóricas de Guerin (1994) têm possibilitado também uma articulação entre os conceitos amplamente difundidos na psicologia social e as terminologias adotadas pela análise do comportamento. Na psicologia social, o preconceito é considerado um conjunto de *atitudes*, positivas ou negativas, com relação a indivíduos ou grupos de indivíduos; estereótipos, por outro lado, são classificados como *crenças* a respeito de um grupo de pessoas. Para tal abordagem, as atitudes informam eventos privados dos indivíduos, ou seja, funcionam como tatos sobre determinado fenômeno.

De acordo com Guerin (1994), na psicologia social, atitudes e crenças são diferenciadas porque a primeira relata uma preferência (“não gosto de alimentos transgênicos”), enquanto a segunda não (“alimentos transgênicos são perigosos”). Além disso, alega-se que atitudes são baseadas em crenças, e que as crenças são vistas como justificativas para as atitudes (“como eu acho alimentos transgênicos perigosos, não gosto deles”). Interessante, porém, é notar que, desse modo, as atitudes não parecem servir a função de tato de eventos privados, como visto pela psicologia social, mas sim que a emissão de um, outro ou ambos é controlada pelas contingências estabelecidas pela comunidade verbal à qual o sujeito pertence (Guerin, 1994). Se a audiência com a qual o indivíduo estiver falando acredita que alimentos transgênicos não são perigosos, tal indivíduo provavelmente não irá declarar sua crença na periculosidade destes alimentos. Em outras palavras, o reforçamento para crenças só será dado se a comunidade verbal concordar com tal crença, o que explica porque as afirmações sobre crenças tendem a ser mais reforçadas se forem emitidas como atitudes: (dizer “eu não gosto de alimentos transgênicos” *versus* declarar “alimentos transgênicos são perigosos”). Portanto, a análise de Guerin (1994) mostra que a diferença entre atitudes e crenças vai depender das contingências sociais em vigor, isto é, ambas são comportamento verbal sob controle de contingências sociais.

Outro ponto que pode ser relacionado com as concepções da psicologia tradicional são os conceitos de racismo e, conseqüentemente, de indivíduos racistas, os quais “possuiriam” racismo (Guerin, 2005; Moore, 2003). Explicar práticas discriminatórias como sendo causadas por indivíduos racistas ou pelo racismo não auxilia na superação de tais atos, uma vez que esses termos são gerais, e não tornam claro o que deve ser mudado, em termos comportamentais. Pelo contrário, Moore (2003) e Guerin (2005) explicitam razões pelas quais esse tipo de raciocínio pode ser prejudicial. Nas palavras de Moore (2003):

Atribuições disposicionais depreciativas sobre certas classes de indivíduos tendem a se tornar uma licença ou justificação para tratar tais pessoas diferencialmente com base em supostas entidades internas que são tomadas como causas de seus comportamentos. (...) Atribuições disposicionais depreciativas se tornam uma forma de excluir pessoas da sociedade, mais do que integrá-las (...). De fato, a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, esse processo está na base de perniciosos -ismos sociais, como o racismo e o sexismo (p. 185-186).

Desse modo, os termos “racista” e “racismo” refletem o que indivíduos considerados “racistas” fazem, que é se utilizar de certas características supostamente fixas e/ou naturais de determinado grupo de indivíduos para justificar uma discriminação (Guerin, 2005), uma posição tão essencialista quanto o raciocínio de tais indivíduos.

Por que alguém considera uma declaração “racista”? Em quais contextos os indivíduos discriminam racialmente uma pessoa? Considerar determinado comportamento “racista” depende substancialmente do contexto no qual tal ação ocorreu, assim como a enunciação de comentários

racistas pode ser emitida em alguns contextos, e não em outros (e.g. Tusting, Crawshaw & Callen, 2002), e suas funções podem ser as mais diversas. O uso de piadas, por exemplo, pode ser realizado com o “intuito” de obter status social, e não de ferir pessoas negras (intuito, nesse caso, refere-se a consequências que mantêm o comportamento). Pessoas podem também, como previamente mencionado, relatar intraverbais com a forma de tato, reproduzindo discursos “racistas” sem ter tido contato com os eventos ambientais que são relatados como se fossem tatos. Por essas razões, Guerin (2005) afirma que as intervenções com o intuito de diminuir o “racismo” deveriam realizar uma análise contextual, de modo a entender as funções e as situações nas quais as pessoas se engajam em práticas discriminatórias, antes de planejar intervenções. Intervenções a partir do uso de comentários verbais “racistas” com o intuito de ser incluído em um grupo devem ser diferentes de intervenções a partir dos mesmos comentários, porém com intuito de ferir indivíduos negros.

A análise do comportamento também considera que atitudes podem ser formadas a partir de relações de equivalência ou molduras relacionais de oposição, hierarquia, diferença, etc., de modo a derivar relações entre indivíduos negros e atributos negativos. Tais relações são formadas e mantidas pelas comunidades verbais às quais os indivíduos pertencem. Para a análise do comportamento, portanto, o preconceito racial é formado a partir de categorias verbais (comportamento verbal não precisa ser, necessariamente, a fala, mas qualquer tipo de comportamento operante mediado por um ouvinte treinado por uma comunidade verbal para tal função – Skinner, 1957/1992), que podem ser relacionadas por equivalência (coordenação) ou outros tipos de relação (molduras da RFT), e cujos membros podem ser relacionados à outros estímulos ou eventos, possibilitando a transferência ou transformação de funções inicialmente adquiridas. Desse modo, não é necessário aprender diretamente relações verbais entre indivíduos negros e atributos negativos para “ser preconceituoso” ou emitir comentários preconceituosos, uma vez que relações indiretas emergem sem a necessidade de treino direto, além da possibilidade de que uma relação “não-preconceituosa” possa ser modificada, a partir da transferência ou transformação de funções.

Argumenta-se (Hayes et al., 2002) que a aprendizagem de comportamentos envolvidos em situações cotidianas, como a resolução de problemas e o raciocínio dependem das mesmas relações ou operantes verbais envolvidos no preconceito (uma relação hierárquica do tipo “avô-pai-filho”, que auxilia alguém a raciocinar sobre relações familiares, pode ser formada do mesmo modo que a relação, também hierárquica, “branco-pardo-negro”) e tais comportamentos são amplamente reforçados pela comunidade verbal (os comportamentos “preconceituosos” também podem ser, contudo, talvez em menor magnitude). Desse modo, parece ser extremamente difícil extinguir *somente* os comportamentos “preconceituosos”. Isso não significa que seja impossível reduzir o preconceito, mas que tal empreitada constitui uma tarefa de alta complexidade, sendo necessária a execução de vários estudos sobre essa temática, utilizando diferentes relações, molduras ou operantes verbais. Isso ampliará nosso conhecimento sobre os alcances e também limites da ciência do comportamento na diminuição deste fenômeno social que tem sido muito pouco explorado pelos analistas do comportamento. Guerin (1992/2009), citando Sidman (1960), disse:

Se os psicólogos sociais perceberem que a análise do comportamento tem sido mal interpretada e que pode lidar de maneira útil com tais fenômenos, uma estrutura teórica ampla para a colocação de novas questões sobre os fenômenos sociais e novas metodologias promissoras para responder a essas novas questões se tornarão disponíveis (p. 129).

Desse modo, a psicologia social pode se beneficiar dos métodos e formas da análise comportamental olhar para o fenômeno do preconceito racial; por outro lado, analistas do comportamen-

to, principalmente em se tratando de uma temática ainda incipiente na área, podem também se beneficiar do extenso trabalho realizado pelos psicólogos sociais acerca desse fenômeno.

Um assunto que se relaciona intimamente com o foco desta pesquisa e que não foi abordado, são os processos que atuam no terceiro nível de seleção pelas consequências, ou seja, no nível cultural. Acredita-se que uma análise de como as práticas discriminatórias podem ser selecionadas e mantidas, a partir das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais existentes, vai além do nosso escopo de pesquisa, e merece um trabalho próprio, sendo necessária para ampliar o leque de possibilidades da análise do comportamento, especialmente na realização de aplicações que tenham como objetivo a redução do preconceito racial.

REFERÊNCIAS

- Ashmore, R. D., & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 1–35). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Barnes, D., Lawlor, H., Smeets, P. M., & Roche, B. (1996). Stimulus equivalence and academic self-concept among mildly mentally handicapped and nonhandicapped children. *The Psychological Record*, *46*, 87-107.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you know what you really believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, *32*(7), 169-177.
- Bortoloti, R., & de Rose, J. C. (2011). An “Orwellian” account of stimulus equivalence: Are some stimuli “more equivalent” than others? *European Journal of Behavior Analysis*, *12*(1), 121-134.
- Cerqueira, D. R. C., & de Moura, R. L. (2013). *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. (Nota Técnica Nº. 10). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Recuperado de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf
- de Carvalho, M. P. de., & de Rose, J. C. (2014). Understanding racial attitudes through the stimulus equivalence paradigm. *The Psychological Record*, *64*, 527-536.
- de Rose, J. C., McIlvane, W. J., Dube, W. V., Galpin, V. C., & Stoddard, L. T. (1988). Emergent simple discrimination established by indirect relation to differential consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *50*(1), 1-20.
- Drake, C. E., Kellum, K. K., Wilson, K. G., Luoma, J. B., Weinstein, J. H., & Adams, C. H. (2010). Examining the Implicit Relational Assessment Procedure: Four preliminary studies. *The Psychological Record*, *60*, 81–100.
- Drake, C. E., Kramer, S., Sain, T., Swiatek, R., Kohn, K., & Murphy, M. (2015). Exploring the reliability and convergent validity of implicit racial evaluations. *Behavior and Social Issues*, *24*, 68-87.
- Dixon, M. R., & Lemke, M. (2007). Reducing prejudice towards Middle Eastern persons as terrorists. *European Journal of Behavior Analysis*, *8*(1), 5-12.
- Dymond, S., & Barnes, D. (1995). A transformation of self-discrimination response functions in accordance with the arbitrarily applicable relations of sameness, more than, and less than. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *64*, 163-184.
- Greenwald, A. G., Poehlman, T. A., Uhlmann, E. L., & Banaji, M. R. (2009). Understanding and Using the Implicit Association Test: III. Meta-analysis of Predictive Validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, *97*, 17-41.

- Grey, I.M., & Barnes, D. (1996). Stimulus equivalence and attitudes. *The Psychological Record*, 46, 243-270.
- Guerin, B. (2009). Análise do comportamento e a construção social do conhecimento [Behavior analysis and the social construction of knowledge]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(1), 117-137. (Original publicado em 1992).
- Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 155-163.
- Guerin, B. (2005). Combating everyday racial discrimination without assuming racists or racism: New intervention ideas from a contextual analysis. *Behavior and Social Issues*, 14, 46-70.
- Haydu, V. B., Camargo, J., & Bayer, H. (2015). Effects of preexperimental history on the formation of stimulus equivalence classes: A study with supporters of Brazilian soccer clubs. *Psychology and Neuroscience*, 8(3), 385-396.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Kohlenberg, B. S., & Hayes, L. J. (1991). The transfer of contextual control over equivalence classes through equivalence classes: A possible model of social stereotyping. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 56, 505-518.
- Hayes, S. C., Niccolls, R., Masuda, A., & Rye, A. (2002). Prejudice, terrorism, and behavior therapy. *Cognitive and Behavioral Practice*, 9, 296-301.
- Holland, J. (1978). Behaviorism, part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.
- Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na análise do comportamento: Artigos do *Behavior and Social Issues* (1991-2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 11(1), 1-16.
- Kohlenberg, B., Hayes, S., & Hayes, L. (1991). The transfer of contextual control over equivalence classes through equivalence classes: A possible model of social stereotyping. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 56(3), 505-518.
- Leslie, J. C., Tierney, K. J., Robinson, C. P., Keenan, M., Watt, A., & Barnes, D. (1993). Differences between clinically anxious and non-anxious subjects in a stimulus equivalence training task involving threat words. *The Psychological Record*, 43, 153-161.
- Mattaini, M. A., & Thyer, B. A. (Eds.). (1996). *Finding solutions to social problems: Behavioral strategies for change*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66, 451-462. DOI: 10.1007/s40732-016-0185-0.
- Moore, J. (2003). Behavior analysis, mentalism, and the path to social justice. *The Behavior Analyst*, 26(2), 181-193.
- Moxon, P., Keenan, M., & Hine, L. (1993). Gender-role stereotyping and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 43, 381-394.
- Nelson, T. D. (Ed.). (2009). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. New York/Hove: Psychology Press.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 287-308.
- Regra, J. A. G. (2003). *Exercício de interpretação das relações de equivalência em situação clínica e experimental*. (Tese de Doutorado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

- Schneider, D. (2004). *The Psychology of stereotyping*. New York: The Guilford Press.
- Schütz, H., & Six, B. (1996). How strong is the relationship between prejudice and discrimination? A meta-analytic answer. *International Journal of Intercultural Relations*, 20, 411-462.
- Sidman, M. (1960). *Tactics of scientific research*. New York: Basic Books.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22.
- Skinner, B. F. (1970). *Ciência e comportamento humano*. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC. (Original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Massachusetts: Copley. (Original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Talaska, C. A., Fiske, S. T., & Chaiken, S. (2008). Legitimizing racial discrimination: Emotions, not beliefs, best predict discrimination in a meta-analysis. *Social Justice Research*, 21(3), 263-396.
- Tusting, S. A., Crawshaw, R., & Callen, B. (2002). 'I know, ' cos I was there': How residence abroad students use personal experience to legitimate cultural generalizations. *Discourse & Society*, 13, 651-672.
- Watt, A., Keenan, M., Barnes, D., & Cairns, E. (1991). Social categorization and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 41, 33-50.
- Weinstein, J. H., Wilson, K. G., Drake, C. E., & Kellum, K. K. (2008). A Relational Frame Theory contribution to social categorization. *Behavior and Social Issues*, 17, 40-65.

Received: February 16, 2016

Accepted: May 13, 2017